

Munhoz já espera novo plano para estabilizar a economia

Eliane Ponchio

Sem mudanças na política monetária e fiscal, sem frear a especulação financeira e sem tirar o poder de decisão das mãos dos tecnicistas e devolvê-lo à classe política, o Brasil não sairá da crise. Pelo contrário, vai se afundar cada vez mais. Esta é a previsão do economista Décio Garcia Munhoz, 56 anos, professor da Universidade de Brasília (UnB). Para ele, o Governo Collor insiste nos mesmos erros do passado quando tem nas mãos todos os mecanismos para livrar o País da inflação e recessão e colocá-lo no caminho do Primeiro Mundo. Disse ainda que espera um novo plano de estabilização para breve.

Pelo diagnóstico de Décio Munhoz, o País não possui uma política econômica definida, que ele classificou de "medíocre", mas apenas política monetária, como se o mundo girasse apenas em torno da moeda. Nesse raciocínio, o governo acaba por relevar a produção para segundo plano, dando destaque ao setor financeiro especulativo que mantém elevadas as taxas de juros. "A ciranda financeira aumenta muito os custos da produção e uma produção cara impede que o País alcance seu ajuste econômico" explica Décio Munhoz.

Novo plano

Ele lembra que o sistema econômico é rígido, onde ninguém quer perder, e os custos são repassados em cadeia até o consumidor final. "Empresa não é casa de caridade. O empresário só deixa de repassar quando há redução de custos", diz o economista, adiantando que é o governo que precisa tomar a iniciativa de baixar o custo do dinheiro, reduzindo as taxas de juros no mercado. Isso, segundo Décio Munhoz, só pode vir através de um novo plano de estabilização, que na sua opinião, não deve demorar pa-

ra ser editado. Relembrando o Plano Cruzado, ele contou que naquele época o nível dos juros caíram demais, colocando em risco a manutenção do sistema bancário e que os planos posteriores já nasceram mortos porque davam sustentação à política de juros altos.

O economista defendeu a volta do controle de preços, anunciado esta semana pelo Ministério da Economia. Para Décio Munhoz, o governo segurou as tarifas públicas, o aluguel, os salários, e o câmbio até agosto, quando também começou a liberar os cruzados novos, como se o dique tivesse se rompido. Agora, diz o professor, para conter a força da "água", ou dos preços, e represá-la novamente, é preciso um novo plano de estabilização, e voltou a insistir: a política de juros altos não é consistente e não gera ajuste na economia".

Mudança inútil

Décio Munhoz criticou com veemência a pretensão do governo em mudar a Constituição através das propostas do Emendão. "O governo só quer ganhar tempo porque ele sabe que alterar meia dúzia de artigos da Constituição não vai mudar a economia em nada a curto e médio prazo. O País precisa de soluções urgentes. A Constituição não tem nada a ver com os nossos problemas", arremata. Ele diz que o governo se mostra equivocado quando traça uma política monetária, não econômica, como se o País estivesse vivendo um momento de grande expansão na economia, com as indústrias produzindo em toda sua plenitude. "E o que nós sabemos é que existe um excesso de máquinas paradas e trabalhadores na rua. Esse quadro poderia ser revertido se fosse jogado nas empresas um redutor de custos financeiros ou seja, o barateamento do dinheiro. Essa é a chave para a

Brazil

reorganização da economia", aponta o economista.

A atuação do Banco Central e dos tecnicistas também não escaparam das críticas de Décio Munhoz. No seu entendimento, a política econômica não pode ser traçada pelo Banco Central e sim por quem toma as decisões políticas. "Os técnicos não podem ter poder político. Eles se trancam em seus gabinetes e acham que o mundo funciona como está escrito nos livros didáticos. Mas nós sabemos que a economia de um país é bem mais complexa e que não podemos aplicar integralmente o que está escrito nos textos", diz o professor da UnB.

Ele não deixou de condenar também a intromissão do Fundo Monetário Internacional (FMI) na economia brasileira, que desde sua ida ao Fundo só tem apresentado o aumento do déficit público, da inflação e da recessão. "Por que o FMI não pede ajustes econômicos a países como os Estados Unidos, e a Alemanha ou a Inglaterra, que também apresentam déficits monstruosos?", pergunta o economista. "Qualquer país pode conviver com o déficit desde que tenha capacidade de pagar, e é essa capacidade que o FMI tira de qualquer país que segue suas regras", explica.

Cobaia

Na visão de Décio Munhoz, nos últimos anos os sucessivos governos já destruíram o setor agrícola, desmontaram as estatais e a administração pública e desorganizaram o setor privado. "Se houvesse um julgamento, muitos técnicos teriam que ser condenados por lesa-pátria.

Ninguém tem o direito de fazer uma nação de cobaia, lugar de experimentos sinistros", desabafa o professor.